

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

CHALLENGES IN IMPLEMENTING REMOTE EDUCATION IN A PUBLIC
EDUCATION ENTITY IN THE STATE OF AMAPÁ

DESAFÍOS PARA IMPLEMENTAR LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN
UNA ENTIDAD DE EDUCACIÓN PÚBLICA DEL ESTADO DE AMAPÁ

Recebido em 16.5.2021
Aprovado em 2.8.2021

Lúcia Claudia Alves Chaves

Professora no curso de Administração na Universidade Federal do Amapá.

Mestranda em Controladoria e Finanças Empresariais na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: luciachaves.ap@gmail.com

Lucas Molina Lioi

Auditor Top Sênior na Deloitte Brasil.

Mestrando em Controladoria e Finanças Empresariais na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: lucasmolinalioi@hotmail.com

Gustavo Araujo Rodrigues

Superintendente de Administração e Finanças na Construtora Camargo Corrêa.

Mestrando em Controladoria e Finanças Empresariais na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: garaujorodrigues@yahoo.com.br

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

RESUMO

O relato é baseado em dados reais de uma entidade de ensino pública localizada no estado do Amapá, a qual oferece cursos de graduação e pós-graduação e que aprovou um plano de retorno às atividades escolares em vez do ensino remoto. Com a retomada das aulas na modalidade remota, a Entidade tornou de conhecimento de todos o edital simplificado que selecionará estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, para a concessão de auxílio financeiro para a aquisição de equipamentos eletrônicos e aquisição de pacotes de internet visando a dar suporte às aulas remotas. A Entidade prevê que o plano de retorno às atividades de ensino a ser elaborado pela Comissão Especial deve atingir três objetivos: (i) inclusão e suporte discente; (ii) continuidade das atividades; e (iii) inclusão e suporte docente e técnico. Foi realizada pesquisa com 50% do corpo universitário, pertinente a questões decorrentes da pandemia, dificuldades do ensino remoto, retorno do ensino físico e condições de infraestrutura do *campus*. Como resultado, foram ofertadas 1.600 bolsas para a aquisição de equipamento eletrônico e foi concedida uma bolsa em pecúnia para a aquisição de pacote de internet. Tais medidas adotadas foram contempladas em novo edital que está em curso pela Entidade e visa a disponibilizar recursos para abrangência de mais discentes.

PALAVRAS-CHAVE

Entidade de ensino pública. Assistência estudantil. Auxílio financeiro. Ensino remoto.

ABSTRACT

The report is based on real data from an public education entity located in the state of Amapá, which offers undergraduate and graduate courses and which approved a plan to return to school activities instead of remote education. With the resumption of classes in the remote mode, the Entity made known to all the simplified public notice that it will select students enrolled in on-campus undergraduate courses, to grant financial assistance for the acquisition of electronic equipment and purchase of internet packages in order to provide support to remote classes. The Entity foresees that the return plan for teaching activities to be prepared by the Special Commission must achieve three objectives: (i) student inclusion and support; (ii) continuity of activities; and (iii) teaching and technical inclusion and support. Research was carried out with 50% of the university students, pertinent to issues arising from the pandemic, difficulties in remote education, return to physical education and infrastructure conditions of the *campus*.

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

As a result, 1,600 grants were offered for the acquisition of electronic equipment and a grant was awarded in cash for the acquisition of an internet package. Such measures adopted were contemplated in a new public notice that is in progress by the Entity and aims to provide resources for the coverage of more students.

KEYWORDS

Public education entity. Student assistance. Financial aid. Remote learning.

RESUMEN

El aviso público se basa en datos reales de una entidad de educación pública ubicada en el estado de Amapá, que ofrece cursos de pre y posgrado, y que aprobó un plan para regresar a las actividades escolares a través de la educación a distancia. Con la reanudación de las clases en la modalidad remota, la Entidad ha puesto en conocimiento de todo el aviso simplificado que seleccionará a los estudiantes matriculados en cursos presenciales de pregrado, para el otorgamiento de ayudas económicas para la adquisición de equipos electrónicos y la adquisición de paquetes de internet para dar soporte a clases remotas. La Entidad prevé que el plan de retorno de las actividades docentes que elaborará la Comisión Especial deberá cumplir tres objetivos: (i) inclusión y apoyo a los estudiantes; (ii) continuidad de actividades; y (iii) inclusión y apoyo técnico y docente. Se realizó una encuesta con el 50% del personal universitario, pertinente a temas derivados de la pandemia, dificultades en la educación a distancia, retorno a la educación física y condiciones de infraestructura en el *campus*. Como resultado, se ofrecieron 1.600 subvenciones para la adquisición de equipos electrónicos y se concedió una subvención en efectivo para la adquisición de un paquete de internet. Las medidas adoptadas fueron contempladas en un nuevo aviso público que está en proceso por parte de la Entidad y tiene como objetivo dotar de recursos para la cobertura de más estudiantes.

PALABRAS-CLAVE

Entidad de educación pública. Asistencia al estudiante. Ayudas económicas. Educación a distancia.

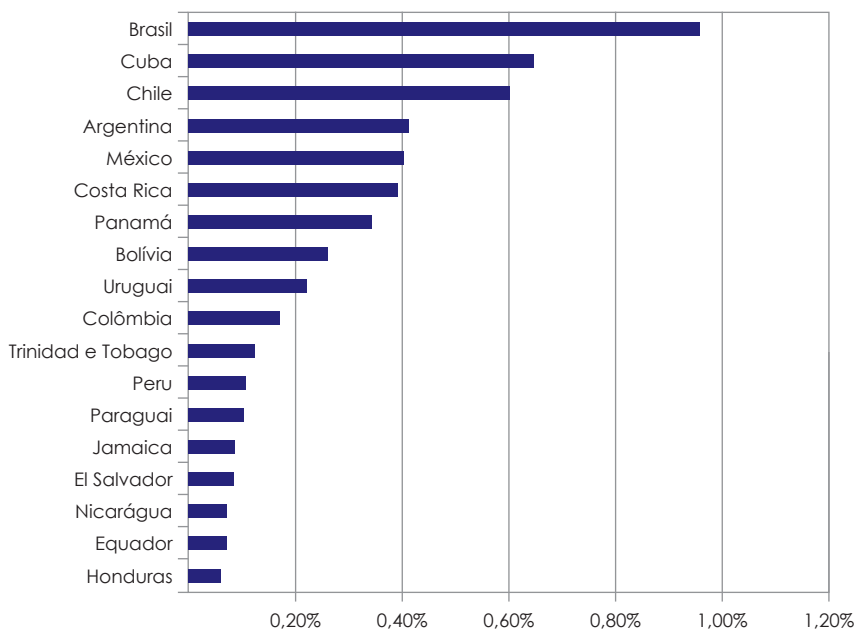
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

INTRODUÇÃO

É notável o investimento em pesquisa e desenvolvimento, principalmente na infraestrutura de tecnologia da informação, durante os últimos anos, realizados pelos setores público e privado no Brasil. A Infraestrutura de Tecnologia da Informação é a área responsável por disponibilizar os recursos em áreas educacionais para valorização de pesquisas e possibilidade de obtenção de dados coerentes e adequados para análises e desenvolvimento de capital intelectual. Segundo Cruz (2007), o Brasil tem investido cerca de 1% de seu produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos últimos cinco anos, e aproximadamente 60% do total são investimentos do setor público e 40%, do privado.

A Figura 1, a seguir, demonstra a comparação do Brasil com os países latino-americanos no que tange a investimento em P&D calculado como porcentagem do PIB.

FIGURA 1 – Investimento em P&D dos países latino-americanos, calculado como porcentagem de seus PIBs



Fonte: Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología (RICYT, [s. d.]).

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

A importância do investimento em tecnologia e pesquisa mostra-se relevante para o Brasil, em que a entidade pública, alvo de nossa pesquisa, está inserida e vivencia os principais desafios para a realidade atualmente conhecida. Para Cruz (2007), o maior desafio para o Sistema Nacional de Inovação é criar condições para o aumento do nível de investimento em P&D pelo setor público, gerando condições para a manutenção de um ambiente em que seja explorado o capital intelectual e as pesquisas sejam preparadas, mantendo princípios de organização e dados tempestivos. Dessa forma, é possível obter um nível adequado de competitividade técnica para a indústria. Portanto, o investimento em P&D no Brasil é direcionado principalmente para pesquisa acadêmica.

Nesse contexto, mesmo com o investimento em pesquisas acadêmicas, o Brasil enfrenta dificuldades de estrutura, relação família-escola e problemas sociais existentes, tais como locomoção e acesso à internet. Segundo Moreira, Henriques e Barros (2020), as mudanças organizacionais são, muitas vezes, difíceis e surgem em contextos dolorosos, como é o caso do ensino remoto, e implicam enormes desafios institucionais, pessoais e coletivos de adaptação, mudança e flexibilidade e inovação.

Desse modo, o acesso à internet torna-se o principal desafio para o ensino remoto brasileiro, devido ao distanciamento físico entre os envolvidos, ocasionado pelo isolamento social. De acordo com Salmon (2004), os ensinamentos remotos se baseiam na concepção, segundo a qual o conhecimento é construído pelos alunos de maneira colaborativa, ativa e participativa, sendo assim, essencial para partilhar o conhecimento construído. Segundo pesquisa *TIC Domicílios*, sobre 2019, divulgada em 2020, aproximadamente 20 milhões de domicílios no Brasil não possuem acesso à internet. Apenas 44% dos domicílios da zona rural brasileira têm acesso à internet, enquanto na área urbana o índice é bem mais alto: 70% dos lares estão conectados (CGI.br/NIC.br, & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [Cetic.br], 2020).

A dificuldade com equipamentos tecnológicos para utilização dos discentes torna-se um desafio presente na realidade de estudo remoto. Conforme a pesquisa *TIC Domicílios* (CGI.br/NIC.br, & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [Cetic.br], 2020), aproximadamente 58% da população utiliza a internet apenas pelo aparelho celular.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Considerando a importância dos investimentos em P&D e as dificuldades identificadas pelos discentes, a pesquisa tem como objetivo demonstrar as ações realizadas pela entidade de ensino pública objeto de estudo para o enfrentamento da crise sanitária causada pela Covid-19 e uma de suas consequências para a educação, a dificuldade de acesso à internet nos lares dos discentes da Entidade, que é uma instituição de ensino superior, conforme pesquisas internas realizadas pela *TIC Domicílios* (CGI.br/NIC.br, & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [Cetic.br], 2020). Para isso, fizemos uma pesquisa exploratória na Entidade para identificação dos principais problemas enfrentados pelos discentes no contexto da pandemia e das soluções para tais fatos.

CONTEXTO DA REALIDADE INVESTIGADA

Durante diversos relatos de pessoas infectadas ao redor do mundo e identificação de comunidades ultrajadas pela pandemia ocasionada pela Covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que a doença ocasionada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), caracterizando-a, em março, como uma pandemia, em decorrência da alta infectividade e da distribuição geográfica (Organização Pan-Americana da Saúde [Opas], OMS, 2020). O quadro clínico da doença pode variar de infecções assintomáticas a crise respiratória grave (Brasil, 2020).

De acordo com Oliveira, Lisbôa e Santiago (2020), tal doença teve sua origem na cidade de Wuhan, na China, e em decorrência da facilidade de transmissão do vírus e da potencialidade de seus sintomas, ocasionou, conforme declarado pela OMS, uma pandemia. Esse fenômeno de caráter global se acentuou, evidenciando os problemas socioeconômicos e educacionais do mundo e do Brasil, e Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020), ao analisarem os impactos da atual situação de saúde pública internacional na educação, constatam que não havia preparação para enfrentar esse tipo de situação, mas que a carência de políticas públicas educacionais e outros fatores relativos à educação têm dificul-

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

tado esse período de adaptação, principalmente por causa da desigualdade social e da diversidade populacional com restrições.

Iniciou-se, então, a busca por novas modalidades de estudo, trabalho e formas de enfrentar as situações. Para Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020), a pandemia da Covid-19 atingiu a educação em praticamente todo o mundo, e seus impactos serão sentidos a curto, médio e longo prazo, exigindo a readaptação e o redesenho do sistema educacional. Isso impulsionou o tema do presente trabalho, com uma solução para problema a ser enfrentado.

No contexto nacional, a declaração da classificação da Covid-19 como uma pandemia ocorreu por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, na qual foi divulgado pelo governo o Estado de Emergência, afirmando que a situação demandava o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública (Brasil, 2020). Foram adotadas algumas intervenções vistas como necessárias nesse novo cenário, tais como o isolamento de casos, o distanciamento social, o estímulo à higienização das mãos, a adoção de etiqueta respiratória e o uso de máscaras faciais caseiras (Kupferschmidt e Cohen, 2020).

Entre as medidas adotadas para contenção da pandemia, o isolamento social, também conhecido nos noticiários nacionais e internacionais como *lockdown*, tornou-se um tema debatido corriqueiramente nas mídias e pela população de modo geral, demonstrando a força de um país ao paralisar ou reinventar suas atividades em diferentes áreas, como a educacional, que teve a suspensão das aulas presenciais e a utilização de seus responsáveis para criação de novas modalidades e formatos para atingimento do regime escolar vigente em cada contexto, e segundo Martins e Almeida (2020), no Brasil, a utilização dos artefatos tecnológicos na educação básica ganhou força com a pandemia da Covid-19.

O fechamento das unidades físicas de universidades e escolas por todo o país é um reflexo da periculosidade do vírus e de seu elevado grau de preocupação pelas autoridades sanitárias, tanto nacionais quanto internacionais, para monitoramento e contenção do número de infectados. É nesse cenário que o processo de ensino-aprendizagem precisou ser remodelado e compreendido, tanto por quem ensina quanto por quem está disposto a aprender.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

A partir dessa realidade, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 28 de abril de 2020 parecer favorável à possibilidade de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual e proposta sobre a reorganização do calendário escolar, em razão da pandemia da Covid-19, e a Portaria nº 343, publicada pelo Ministério da Educação em 17 de março de 2020, possibilitou a utilização de aulas digitais em detrimento de aulas presenciais, haja vista o período de pandemia ao longo do país (Ministério da Educação, 2020b).

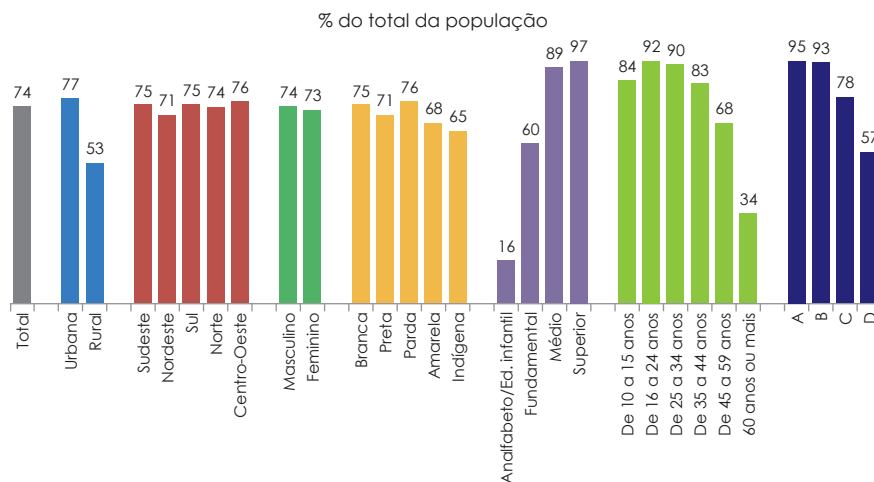
Ainda, de acordo com a Portaria, as universidades e escolas ficaram responsáveis pela comunicação aos discentes e a seus responsáveis, quando aplicável, sobre a forma como seriam compartilhados o conhecimento, entregas de atividades e avaliação em um portal ou plataforma que pudesse garantir uma experiência digital educativa e segura para os interessados. A educação se tornou uma questão de necessidade, visto que, para garanti-la, deveriam ocorrer adaptações ao formato de aulas *on-line*, por meio do uso de tecnologias digitais (Williamson, Eynon & Potter, 2020).

Com a implementação do ensino remoto, foram identificadas dificuldades pelos discentes para utilização dos recursos, como problemas de estrutura, relação família-escola e problemas sociais existentes, por exemplo, o acesso à internet. Para utilização do acesso remoto, torna-se necessária a utilização de dispositivos com acesso à internet, portanto, é fundamental que os alunos tenham equipamentos capazes de suportar o carregamento de dados para possibilitar a participação em aulas síncronas e a entrega de atividades obrigatórias.

Conforme dados da pesquisa *TIC Domicílios*, um em cada quatro brasileiros não utiliza a internet (CGI.br/NIC.br, & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [Cetic.br], 2020). Tal fato corresponde a aproximadamente 26% da população brasileira sem acesso à internet. A predominância de usuários que utilizam a internet é de indivíduos com ensino médio (97% dessa população) e com ensino superior (89%), e com maior relevância na região Centro-Oeste, cujo índice é de 76% da população, seguida da região Sul com 75%. Esses dados podem ser observados na Figura 2 a seguir:

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

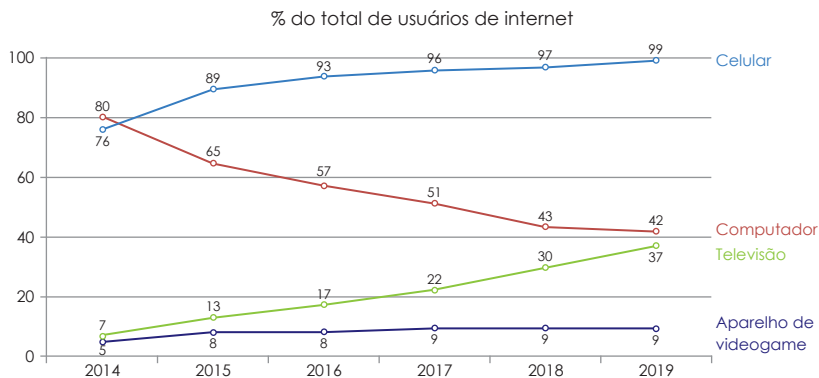
FIGURA 2 – Usuários de internet em percentual da população brasileira



Fonte: CGI.br/NIC.br e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (2020).

No Brasil, aproximadamente 133,8 milhões de usuários utilizam a internet, sendo que cerca de 99% desses utilizam prioritariamente o telefone celular para tal acesso. Dentre esses dados, 58% dos usuários acessam a internet apenas pela utilização do celular e apenas 42% utilizam o computador para acesso à internet, conforme a Figura 3 a seguir:

FIGURA 3 – Usuários de internet por dispositivo utilizado entre 2014 e 2019



Fonte: CGI.br/NIC.br e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (2020).

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

A pesquisa corrobora as principais dificuldades identificadas no ensino remoto, que abrangem principalmente a estrutura para os discentes assistirem às aulas síncronas ou eventos educacionais e a plataforma para acesso e desenvolvimento de atividades obrigatórias avaliativas, em decorrência normal do curso de atividades ministradas pelas instituições de ensino. Conforme a Figura 3, a utilização do aparelho celular mostra-se com grande relevância pelos usuários na obtenção do acesso à internet, mesmo em um cenário em que grande parte da população brasileira não possui acesso à internet.

O ensino remoto tornou-se uma alternativa para a continuidade do ensino no Brasil e capacitação de profissionais, e, sendo assim, a Entidade reuniu, por meio de pesquisa com os discentes, os principais pontos a serem avaliados pela Universidade durante o contexto da pandemia e como a instituição poderia auxiliar seus discentes durante o período atípico enfrentado no mundo.

Após coleta de dados, foram identificados problemas com equipamentos para acesso à internet e planos de internet que fossem capazes de suportar as atividades acadêmicas. Dessa forma, foi elaborada uma Comissão Especial (CE) e medidas regulamentadoras foram tomadas para resolução dos problemas, objetos da presente pesquisa.

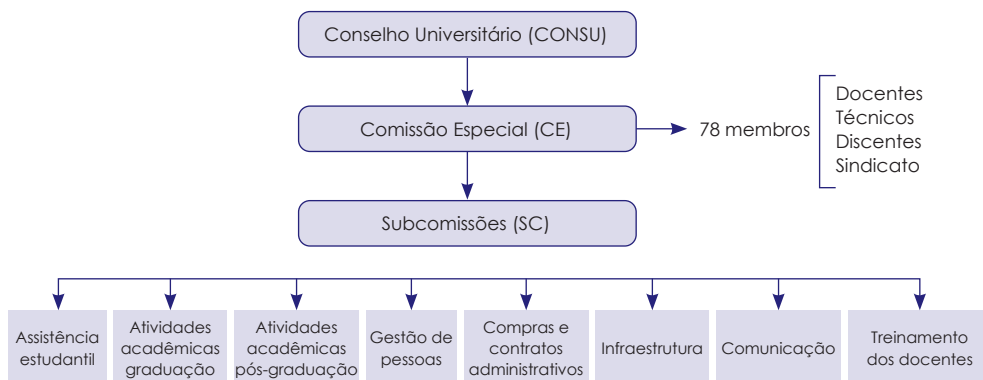
DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Este relato tecnológico é baseado em dados obtidos da Entidade, que está localizada no estado do Amapá, a qual oferece cursos de graduação e pós-graduação, além de diversos cursos de extensão, e que, conforme deliberações do plenário do Conselho Universitário (Consu) de 6 de outubro de 2020, aprovou um plano de retorno às atividades e um relatório da CE, considerando a publicação da resolução nº 14, de 7 de outubro de 2020, que trata da regulamentação do ensino remoto da graduação e pós-graduação da instituição e o calendário acadêmico suplementar do terceiro semestre de 2020.

Com o método de ensino adotado, a Entidade, por meio do Conselho Universitário, criou a CE de Planejamento do Retorno Gradual das Atividades Acadêmicas, composta por docentes, discentes, profissionais técnico-administrativos e colaboradores da instituição. Essa CE é detalhada na Figura 4 a seguir:

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

FIGURA 4 – Comissão Especial de Planejamento do Retorno Gradual das Atividades Acadêmicas



Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

A CE foi definida e aprovada em 13 de julho de 2020, com objetivo de auxiliar com o planejamento estratégico para definição dos rumos a serem tomados pela Entidade no contexto da crise sanitária que assola o mundo. A metodologia apresentada prevê que o plano de retorno das atividades de ensino a ser elaborado pela CE deve atingir três objetivos básicos: (i) inclusão e suporte ao discente; (ii) continuidade das atividades; e (iii) inclusão e suporte ao docente e aos funcionários.

A CE foi a responsável pela análise de dados e definição de estratégias para auxiliar os entrevistados durante o período de pandemia e as soluções foram apresentadas ao Conselho Universitário para sua deliberação e aprovação.

A pesquisa realizada compreendeu o período entre os dias 20 e 28 de agosto de 2020, para avaliar as atuais condições físicas, psicológicas e socioeconômicas dos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos da Entidade.

A Subcomissão de Comunicação, ao elencar as informações caras às outras subcomissões, procurou elaborar formulários que suprissem os requisitos e respondessem, se não a todos, pelo menos, à boa parte dos anseios da Comissão em relação às questões da comunidade acadêmica no atual momento.

Tais esforços mobilizaram aproximadamente 50% de todo o corpo universitário, com percepções de discentes, docentes e funcionários pertinentes a questões decorrentes

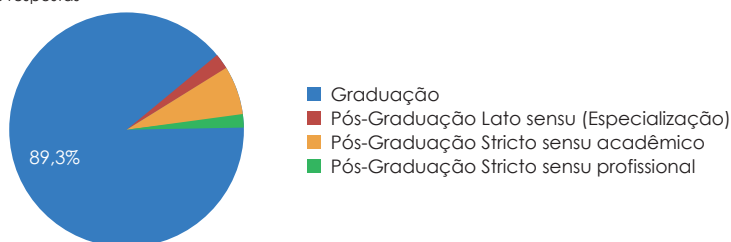
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

da pandemia, como as dificuldades do ensino remoto, condições de tal cenário, opiniões favoráveis e contrárias ao retorno do ensino presencial e infraestrutura do *campus*. Para a presente pesquisa, serão abordadas as questões decorrentes de dificuldades do ensino remoto e sua condição no cenário atual, limitadas à intervenção realizada pela Entidade em respeito a soluções para o enfrentamento dos problemas notados pelos entrevistados.

A pesquisa obteve aproximadamente 3.760 respostas, sendo uma única resposta por indivíduo e com predominância de aproximadamente 89,3% de indivíduos matriculados em cursos de graduação e cerca de 93,5% dos entrevistados com suas residências localizadas na área urbana da região do estado do Amapá. As Figuras 5 e 6, a seguir, demonstram os resultados dessas pesquisas.

FIGURA 5 – Pesquisa sobre a modalidade do curso na Entidade de Ensino Pública

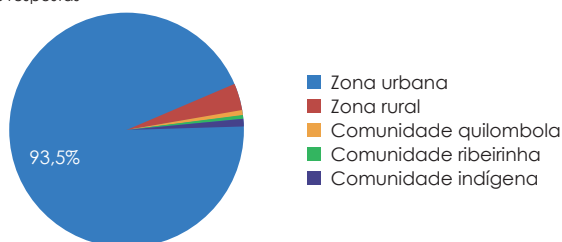
Qual a modalidade de seu curso?
3.760 respostas



Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

FIGURA 6 – Pesquisa sobre localidade do discente

Classifique o local de sua residência
3.766 respostas



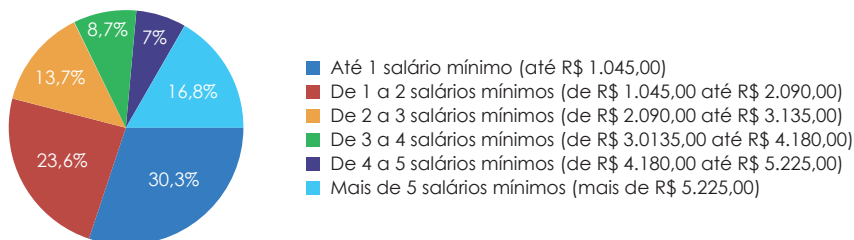
Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

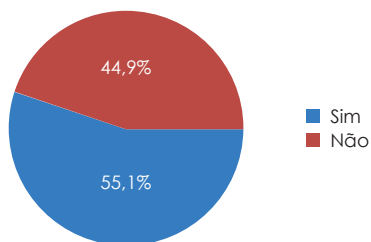
Aproximadamente 30,3% dos entrevistados possuem renda mensal familiar de até um salário mínimo e 23,6% de até dois salários mínimos por mês, sendo que aproximadamente 55,1% dos entrevistados possuem algum membro da família beneficiado por programas sociais do governo. A Figura 7 apresenta esses dados:

FIGURA 7 – Pesquisa sobre renda familiar mensal e beneficiários de programas sociais

Somando sua renda e/ou das pessoas que moram com você,
quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?
3.766 respostas



Você ou algum membro de sua família são beneficiários de programas
sociais do governo (Bolsa Família, Auxílio emergencial ou outros)?
3.766 respostas



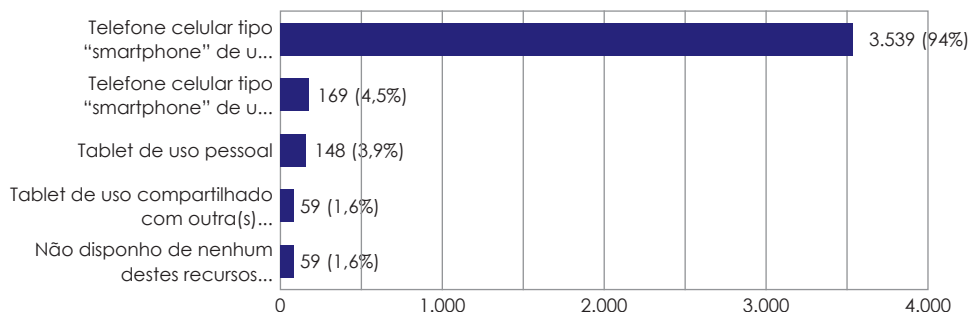
Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

Foram abordados na pesquisa desenvolvida pela Comissão de Comunicação da entidade de ensino, em respeito aos recursos tecnológicos, quais seriam os equipamentos existentes na residência dos entrevistados, e a Figura 8 apresenta que aproximadamente 94% dos entrevistados tinham telefone celular e apenas 1,6% dos entrevistados possuíam *tablets* ou outro tipo de equipamento.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

FIGURA 8 – Pesquisa sobre renda familiar mensal e beneficiários de programas sociais

De quantos recursos tecnológicos abaixo você dispõe?
3.766 respostas

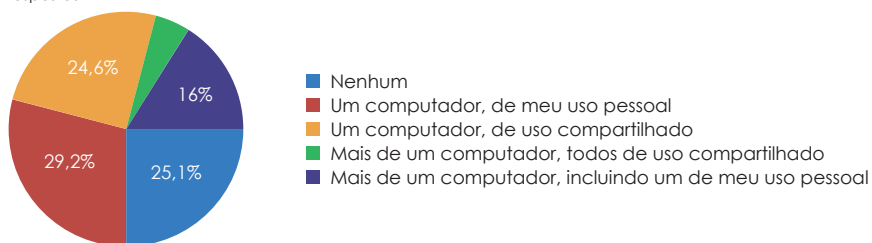


Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

Quanto à posse de computadores em suas residências, a Figura 9 informa que aproximadamente 25,1% dos entrevistados responderam que não tinham nenhum computador, 29,2%, que tinham apenas um computador de uso pessoal e 24,6%, que tinham apenas um computador de uso compartilhado com os demais integrantes de sua residência.

FIGURA 9 – Pesquisa sobre quantidade de computadores nas residências dos discentes

Quantos computadores existem na sua casa?
3.766 respostas



Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

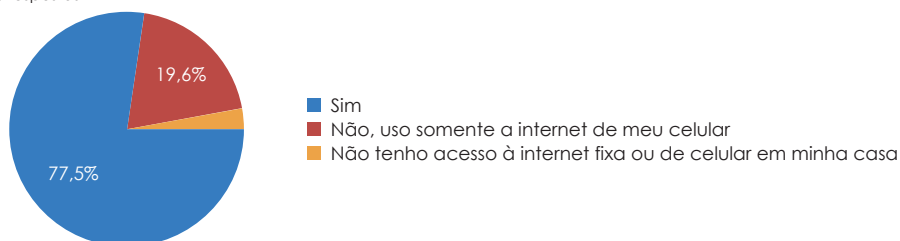
Foi abordada a utilização de banda larga (Figura 10) na residência do entrevistado. Os dados indicam que aproximadamente 77,5% tinham internet em suas residências e 19,6% tinham internet apenas pelo aparelho celular.

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

FIGURA 10 – Pesquisa sobre internet banda larga nas residências dos discentes

Você tem internet banda larga na sua casa?

3.766 respostas



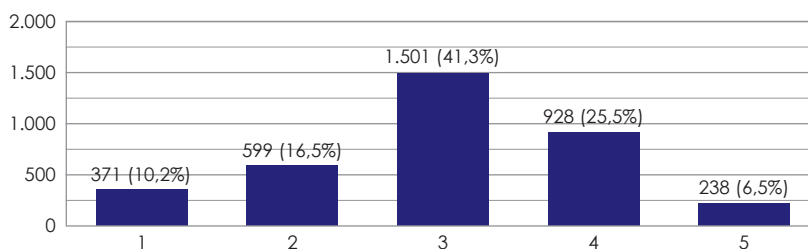
Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

Foram também abordados questionamentos a respeito da qualidade da internet utilizada pelo entrevistado. Aproximadamente 41,3% classificaram como nota 3 (em uma escala de 1 a 5 pontos), demonstrando dificuldades na conexão ou instabilidade, conforme a Figura 11 a seguir:

FIGURA 11 – Pesquisa sobre qualidade da conexão da internet nas residências dos discentes

Quanto ao seu acesso de internet, classifique a qualidade da conexão para uso em atividades remotas, dando nota 5 para uma internet de excelente qualidade. Caso não tenha internet, não responda a esta pergunta.

3.637 respostas



Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

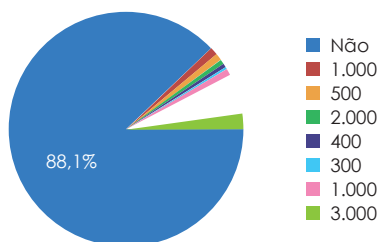
Quando questionado se o entrevistado possuía recursos financeiros para auxiliar na compra de equipamentos tecnológicos, aproximadamente 88,1% responderam que não, conforme a Figura 12.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

FIGURA 12 – Pesquisa sobre disponibilidade de recurso para compra de equipamento tecnológico

Você dispõe de algum recurso financeiro para auxiliar na compra de um equipamento tecnológico do tipo tablet ou computador? Caso disponha, digite o valor aproximado na alternativa "Outro".

3.766 respostas



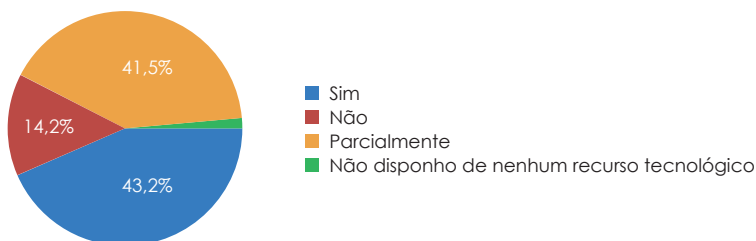
Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

Por fim, os entrevistados responderam se os recursos tecnológicos dispostos são adequados para o desenvolvimento das atividades (Figura 13). Aproximadamente 43,2% responderam que sim, 41,5% responderam que parcialmente e 14,2% responderam que não são adequados para o desenvolvimento de suas atividades.

FIGURA 13 – Pesquisa sobre adequação dos recursos tecnológicos

Os recursos tecnológicos de que você dispõe são adequados ao desenvolvimento das suas atividades estudantis?

3.766 respostas



Fonte: Dados da Subcomissão de Comunicação da Entidade de Ensino Pública objeto de pesquisa de agosto de 2020.

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

Esses dados demonstraram para a Entidade a importância da elaboração de projetos para atendimento aos entrevistados, que necessitavam de auxílio para a manutenção de suas atividades acadêmicas no novo cenário adotado de regime de ensino remoto.

Conforme questionamentos realizados pela entidade de ensino, 41,3% entendem que os recursos existentes são parcialmente adequados, podendo existir dificuldades na elaboração de suas atividades e desenvolvimento dentro da sistemática de ensino proposto pela Entidade, e aproximadamente 14,2% dos entrevistados responderam que não são adequados, em linha, aproximadamente, com a resposta de 19,6% dos entrevistados que utilizam apenas a internet de seus celulares e 30,3% dos entrevistados que possuem renda mensal de até um salário mínimo.

A partir dessas informações, a Entidade lançou o Edital Simplificado de auxílio financeiro para a aquisição de equipamento eletrônico e pacote de internet no dia 13 de outubro de 2020. O edital foi realizado para a seleção de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, que aderiram ao ensino remoto em tempos de pandemia da Covid-19. Para a concessão de auxílio financeiro, a Entidade está embasada pela política de assistência estudantil na entidade de ensino pública e o Decreto Nº 7.234/2010 que dispõe acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

O Pnaes apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidade entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Brasil, 2010).

O Pnaes também oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos.

Tais procedimentos que são realizados pela instituição de ensino obtêm suporte, conforme teoria da regulação, a qual descreve que, para cada regime de acumulação, isto é, para cada forma sistematizada de organização da produção e distribuição predominante durante um período relativamente longo, existe um modo de regulação correspondente no Estado.

Com base no exposto, a teoria da regulação possui modos de regulação, os quais representam conjuntos de procedimentos e de comportamentos individuais e coletivos, que possuem, de acordo com Nascimento (1993), três propriedades básicas: (i) reproduzir as relações sociais fundamentais, partindo de um conjunto de formas institucionais determinadas; (ii) sustentar e dirigir o regime de acumulação; e (iii) assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas.

INTERVENÇÃO

Assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas demonstra que a racionalidade é limitada e opera-se pela conjunção de procedimentos e comportamentos efetivos a partir do modo de regulação.

O Edital Simplificado visa a assegurar a concessão de bolsa/auxílio emergencial financeiro para aquisição de equipamentos eletrônicos que deem suporte aos acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da Entidade que comprovadamente estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que, por causa da pandemia da Covid-19, e das orientações de restrições de aglomeração em ambientes públicos e privados, estão impedidos de realizar atividades escolares presenciais em ambiente universitário, objetivando a garantia de condições para a permanência com qualidade, nas atividades a distância, até a reabertura total da Entidade, e agindo preventivamente, nas situações de retenção e evasão.

A forma de concessão dos auxílios da assistência estudantil será por meio da participação em processo de análise documental e seleção que definirá o perfil socioeconômico do estudante, tomando por base o nível de vulnerabilidade socioeconômica, que será realizado mediante a adesão do estudante conforme as seguintes fases: (i) preenchimento do questionário socioeconômico; (ii) entrega dos documentos comprobatórios, incluindo o termo de compromisso, que só será considerado válido caso o acadêmico seja selecionado e esteja apto para os auxílios.

O auxílio para aquisição de equipamento eletrônico consiste em proporcionar aos estudantes de graduação presencial em cursos que aderiram ao ensino remoto o valor em

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

pecúnia de R\$ 1.250,00, visando a contribuir para aquisição de equipamento eletrônico que dê suporte à participação no ensino remoto, como consta no Edital Simplificado.

O auxílio para aquisição de pacote de internet visa a garantir aos contemplados a aquisição de um pacote de internet que lhe permita assistir às aulas *on-line*, baixar (*download*) arquivos indicados pelos docentes, bem como enviar dados relacionados às aulas. Esse auxílio contemplará quatro parcelas de R\$ 60,00 mensais durante quatro meses após a divulgação final dos classificados. Foram ofertadas 1.600 bolsas em pecúnia (cota única) para a aquisição de equipamento eletrônico e a esses contemplados será concedida também uma bolsa em pecúnia para a aquisição de pacote de internet por quatro meses.

Os discentes contemplados com os auxílios deverão apresentar na Entidade de Ensino Pública o comprovante da aquisição do equipamento (nota fiscal), bem como o contrato da operadora que fornece o pacote de internet. Em ambos os comprovantes devem constar dados do discente classificado e contemplado com os auxílios. Caso esses comprovantes não sejam apresentados, o aluno não integralizará o curso. As informações prestadas pelos estudantes candidatos ficarão sujeitas ao Art. 299 do Código Penal Brasileiro, Lei nº 2848/40:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deva constituir, ou nele inserir, fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deva ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (Brasil, 1940).

No dia 30 de outubro de 2020, foram divulgados os resultados definitivos do Edital Simplificado da Entidade de auxílio financeiro para aquisição de equipamento eletrônico e pacotes de internet. Os pagamentos dessas bolsas de auxílio financeiro foram realizados por meio de dotação orçamentária na rubrica do Pnaes do exercício de 2020, conforme apresentado no portal da transparência da Entidade em 4 de maio de 2020 no valor do Orçamento Total de R\$ 5.820.237,00, sendo liberado o valor de R\$ 3.447.509,00 e, dependendo de autorização legislativa, o valor de R\$ 2.372.728,00.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EM ENTIDADE DE ENSINO PÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Por fim, em decorrência do agravamento da crise sanitária no ano de 2021, foram elaboradas novas reuniões pela CE de Planejamento do Retorno Gradual das Atividades Acadêmicas para elaboração de novo edital contemplando um maior número de discentes e colaboradores para disponibilização de recursos, a fim de auxiliar nas tarefas acadêmicas definidas.

CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÃO

Para a presente pesquisa, foram utilizados dados de uma Entidade de Ensino Pública localizada na região Norte, com o objetivo de identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos envolvidos quanto à disponibilidade de recursos para a participação nas aulas remotas e à criação de possíveis soluções. O presente trabalho demonstrou como a forma regulatória foi cumprida pela Entidade e verbas parlamentares foram disponibilizadas a fim de resolver o problema identificado.

Tais medidas adotadas foram novamente contempladas em novo edital, que está em curso pela Entidade e visa a disponibilizar recursos para que uma maior quantidade de pessoas seja beneficiada pelo auxílio disponibilizado e consiga cumprir suas atividades acadêmicas de forma satisfatória. Isso demonstra a importância da resolução identificada pela CE de Planejamento do Retorno Gradual das Atividades Acadêmicas para o ano de 2020.

Para trabalhos futuros, almeja-se elaborar a mensuração de como esse programa foi percebido pelos contemplados e qual foi seu real impacto durante as atividades de ensino remoto desenvolvidas pela Entidade, a título comparativo de evolução entre frequência e entrega de atividades durante o início do ensino remoto e após o período de contemplação do benefício disponibilizado.

Uma segunda sugestão seria analisar se, diante dos benefícios apresentados pelo ensino a distância, houve aumento na frequência dos alunos, pois muitos deles eram afetados pelo cansaço laboral e deslocamento físico para as aulas presenciais, ou seja, analisar se o índice de frequência aumentou durante o período de contemplação do benefício, instigando novas pesquisas perante os benefícios de ensino remoto e suas principais dificuldades.

LÚCIA CLAUDIA ALVES CHAVES, LUCAS MOLINA LIOI,
GUSTAVO ARAUJO RODRIGUES

REFERÊNCIAS

- Brasil (1940). *Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.
- Brasil (2010). Decreto Nº 7.234/2010. *Dispõe acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.
- Brasil (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (2012), do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União*, 12 de dezembro de 2012.
- Brasil (2020). Ministério da Saúde. *O que é Covid-19*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- Cardoso, C. A., Ferreira, V. A., & Barbosa, F. C. G. (2020). (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: Uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. *Revista Com Censo*, 7(3), 38-46.
- CGI.br/NIC.br, & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (2020). *TIC Domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: 2019*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Cruz, C. H. B. (2007). Ciência e tecnologia no Brasil. *Revista USP*, 73, 58-90.
- Kupferschmidt, K., & Cohen, J. (2020). Can China's COVID-19 strategy work elsewhere? *Science*, 367(6482), 1061-1062. Recuperado de <https://science.sciencemag.org/ontent/367/6482/1061/tab-pdf>.
- Martins, V., & Almeida, J. (2020). Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes-fazer escolares em exposição nas redes. *Revista Docência e Cibercultura*, 4(2), 215-224. doi:10.12957/redoc.2020.51026
- Ministério da Educação. (2020a). Parecer CNE/CP Nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192.

- Ministério da Educação (2020b). Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. *Diário Oficial da União*, 18 de março de 2020. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.
- Moreira, J. A. M., Henriques, S., & Barros, D. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, 34, 351-364. doi:10.5585/dialogia.n34.17123
- Nascimento, E. P. (1993). Notas a respeito da Escola Francesa de Regulação. *Revista de Economia Política*, 13(12), 127.
- Oliveira, M. A. M., Lisbôa, E. S. Dos Santos, Santiago, N. B. (2020). Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. *Pedagogia em Ação*, 13(1), 17-24. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23750>.
- Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), & Organização Mundial da Saúde (OMS) (2020). *Folha informativa sobre COVID-19*. Recuperado de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875.
- Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología (Ricyt) (s. d.). 58-90. Recuperado de <http://www.ricyt.org/indicadores/comparativos/05.xls%20em%2025/02/2006>.
- Salmon, G. (2004). *E-actividades: El factor clave para una formación en línea activa*. Barcelona: Editorial UOC.
- Williamson, B., Eynon, R., & Potter, J. (2020). Pandemia políticas, pedagogias e práticas: Tecnologias digitais e educação a distância durante a emergência do coronavírus. *Learning, Media and Technology*, 45(2), 107-114. doi:10.1080/17439884.2020.1761641